

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em conformidade com a legislação em vigor e com as disposições estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS e os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.
A responsabilidade social e ambiental é premissa fundamental do nosso negócio. A distribuição do Gás Natural Veicular – GNV, principal produto comercializado, tem uma importância estratégica para a população do Distrito Federal, pois atende à população preocupada com a preservação ambiental e com a economia dos custos de transporte, especialmente a classe dos motoristas profissionais de veículos de aluguel.
Finalmente, a CEBGAS agradece aos seus clientes, fornecedores, acionistas, colaboradores e à população do Distrito Federal, pela confiança depositada em sua gestão, ao mesmo tempo em que reafirma seu compromisso inarredável de continuar prestando os serviços de distribuição de gás natural com qualidade, confiabilidade, ética e transparência nos negócios.

2. PERFIL DA COMPANHIA

A **COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS – CEBGAS**, constituída em 20 de março de 2001, com sede na Cidade de Brasília / DF, é uma sociedade por ações de Economia Mista, autorizada pela Lei Distrital n.º 2.518, de 10 de janeiro de 2000, com a finalidade de distribuir gás combustível canalizado, com exclusividade, a todo o Distrito Federal.
A constituição da Companhia se deu por intermédio das ações do governo do Distrito Federal, que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo como variável-chave na busca do desenvolvimento sustentado, elaborou um modelo empresarial para desenvolver

a indústria desse energético na região. Esse modelo, cristalizado na CEBGAS, buscou conciliar o preceito Constitucional – que delega aos Estados a competência pela distribuição de gás combustível canalizado - com uma gestão empresarial, para a oferta desse serviço, e, ao mesmo tempo, com uma solução que contemplasse as limitações dos recursos públicos para investimento.

3. NEGÓCIOS DA COMPANHIA

LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL

As questões afetas à logística de transporte do gás natural para o Distrito Federal continuaram a ser avaliadas e discutidas em profundidade, em 2017, com os agentes do setor no país, pela mobilização de esforços dos sócios da CEBGAS.

3.1 SUPRIMENTO POR GÁS NATURAL LIQUEFEITO – GNL

Por intermédio da GNL GEMINI Logística e Comercialização de Gás Ltda, uma sociedade formada entre a WHITE MARTINS, PETROBRAS e GASPETRO, de iniciativa pioneira no país, foi construída uma planta de liquefação de gás natural em Paulínia – SP, a qual iniciou suas operações em 2006, com capacidade de produção de 380.000 m³/dia de Gás Natural Liquefeito – GNL, em condição de suprimento competitivo com outros energéticos a serem deslocados, como a Gasolina C e o Etanol, além do Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (Gás de Cozinha) e, ainda, do Óleo Combustível, de forma econômica para a população do DF e para a CEBGAS.

3.2 SUPRIMENTO POR GASODUTO DE TRANSPORTE

A CEBGAS continuou em 2017 a acompanhar o desenvolvimento do Projeto do Gasoduto do Brasil Central, cuja Licença de Instalação – LI foi emitida pelo IBAMA em novembro de 2013. Este Projeto tem o objetivo de prover o suprimento contínuo de gás natural, por meio do modal dutoviário a partir do Gasoduto Bolívia – Brasil, para os estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.
Além do Gasoduto do Brasil Central, a CEBGAS vem acompanhando o desenvolvimento das prospecções

de Gás Natural que estão sendo realizadas na Bacia do São Francisco no Estado de Minas Gerais. Essas são alternativas importantes para promover o crescimento sustentável da CEBGAS, pois possibilitará o suprimento contínuo de gás natural com custos mais competitivos para a Companhia proporcionando, desta forma, viabilizar a massificação do gás natural, por meio da construção de uma malha integrada de distribuição, voltada a atender a demanda dos diversos segmentos de mercado do DF.
4. ALTERNATIVA DE SUPRIMENTO DE GÁS NATURAL
Algumas ações de resultado de médio e longo prazo vêm sendo tomadas pela empresa no sentido de tornar competitivo o gás natural não somente pelo foco no preço, mas em valor agregado, incluindo a melhoria ambiental. Essas ações abrangem a busca por fontes alternativas a divulgação do produto e ações de fomento governamentais.
Uma alternativa que vem sendo estudada pela empresa é o biogás / Biometano que é uma mistura de gases resultante do processo de degradação da matéria orgânica na ausência de oxigênio, ou seja, em um processo anaeróbio. O principal componente desta mistura é o metano, um gás com alto potencial energético, o que faz do biogás um fonte renovável de energia.
A meta da gestão da Companhia para 2018 é estimular o consumo do gás natural veicular e continuar a prospecção através do biometano, para atender aos demais mercados.
Brasília, 26 de janeiro de 2018.

Elias Brito Júnior
Diretor Presidente

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo e Financeiro

José Rogério da Silva Santos
Diretor Técnico e Comercial

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	656	634
Contas a receber	4	122	113
Estoques		30	9
Tributos a recuperar	5	15	12
Total do ativo circulante		823	768
Ativo Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	5	49	49
Imobilizado		-	5
Diferido	6	78	319
Intangível	7	103	111
Total do ativo não circulante		230	484
Total do ativo		1.053	1.252

	Notas	2017	2016
Passivo Circulante			
Fornecedores	8	247	200
Obrigações sociais a recolher		26	24
Tributos a recolher	9	40	44
Outros passivos		7	5
Total do passivo circulante		320	273
Patrimônio líquido			
Capital social	10	5.721	5.100
Prejuízos acumulados		(4.988)	(4.442)
		733	658
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	321
Total do patrimônio líquido		733	979
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.053	1.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Receita operacional líquida	11	2.834	3.679
Custos dos produtos vendidos	12	(2.543)	(3.469)
Lucro bruto		291	210
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	12	(853)	(689)
Remuneração de administradores	12	(35)	(22)
		(888)	(711)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(597)	(501)
Receitas financeiras	13	51	37
		51	37
Prejuízo do exercício		(546)	(464)
Prejuízo por ação – R\$		(0,10)	(2,58)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(546)	(464)
Ajustes de valores para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	254	275
Atualizações monetárias	(4)	-
	(296)	(189)
(Acréscimo) decréscimo dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(9)	(4)
Estoques	(21)	94
Tributos a recuperar	3	(10)
	(27)	80
Acréscimo (decréscimo) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	48	(1)
Obrigações sociais a recolher	1	3
Tributos a recolher	(4)	(1)
Outros passivos	-	(2)
	45	(1)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	278	(110)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(6)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	300	179
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	321
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	300	500
Acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	22	384
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	634	250
No final do exercício	656	634
Acréscimo de caixa e equivalentes de caixa	22	384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(546)	(464)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(546)	(464)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2017 - (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000, e tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia também:
• Implantar e a operar as redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
• Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados ao setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
• Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando ao êxito na realização de suas atividades.
A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.
A Companhia entrou em operação em 8 de novembro de 2007, por meio do suprimento de Gás Natural Liquefeito – GNL – proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal. Até a presente data a distribuição de gás natural é a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil, através de transporte rodoviário. Para que sua operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal com a construção de um gasoduto de transporte de gás natural, cujo projeto encontra-se em andamento. Até que esse projeto seja concluído, os acionistas proveerão os recursos necessários para a manutenção da operação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 26 de janeiro de 2018.
2.1. Reconhecimento de receita
As receitas operacionais correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de produtos no curso regular das atividades da Companhia.
A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.
As receitas da Companhia são decorrentes da venda de Gás Natural Veicular.
2.2. Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda.
O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.
O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia são os fornecedores.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa
O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.
2.4. Contas a receber de clientes
Estão apresentadas a valores de realização.
2.5. Estoques
Os estoques são apresentados ao custo médio de aquisição do Gás Natural Liquefeito – GNL, que não excede valor de realização.
O estoque da Companhia é composto por Gás Natural Liquefeito – GNL destinado a venda do Gás Natural Canalizado para o segmento Veicular – GNV.
2.6. Tributos
Tributos sobre vendas e prestação de serviços
As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Alíquota
Programa de integração social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,6%
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	13,44%

As receitas estão apresentadas líquidas destes encargos na demonstração do resultado.
2.7. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis – Continuação

2.7. Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.
Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.8. Diferido
De acordo com a Lei nº 11.941/09, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no diferido representam gastos pré-operacionais referentes à manutenção de estrutura administrativa e outros, incorridos até 31 de dezembro de 2008. A Companhia amortizará o saldo remanescente do diferido em dez anos, pelo método linear, a partir do início das operações dos respectivos projetos.
2.9. Intangível
Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pela concessionária como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).
Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
A Administração da Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão de acordo com o item 42 da orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.
Estimativas e premissas
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Tributos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas
A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável, possível e remoto”. Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	154	26
Aplicações financeiras	502	608
Total	656	634

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Administração da Companhia como “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber de clientes

	2017	2016
Petrobras Distribuidora S.A	122	113

A Petrobras Distribuidora S.A. representa o único cliente da Companhia. A Companhia não possui saldo de contas a receber vencido.

5. Tributos a recuperar

	2017	2016
Imposto de renda retido na fonte - IRRF a compensar	64	61
Circulante	(15)	(12)
Não circulante	49	49

6. Diferido

	2017	2016
Diferido		
Despesas com pessoal	971	971
Remuneração da administração	393	393
Impostos e taxas	197	197
Serviços e terceiros	339	339
Mapeamentos e quantificação do mercado de gás	111	111
Despesas gerais e administrativas	1.134	1.134
Despesas financeiras	36	36
Receitas financeiras	(568)	(568)
Depreciação	108	108
	2.721	2.402
Amortização acumulada	(2.643)	(2.420)
Total	78	319

O saldo remanescente do ativo diferido refere-se a projetos que ainda não entraram em operação e que serão amortizados quando do início de suas respectivas operações.

7. Intangível

	31/12/2017		31/12/2016	
Descrição do intangível	Taxa de amortização	Custo	Amortização	Saldo líquido
Medidores e tubulações	30 anos	148	(45)	103
		148	(45)	103

A seguir está apresentada a movimentação do ativo intangível:

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Amortização	Saldo em 31/12/2017
Medidores e tubulações	111	(8)	103
	111	(8)	103

8. Fornecedores

	2017	2016
GNL Gemini comercialização e logística de gás Ltda.	240	187
Outros	7	13
	247	200

9. Impostos a recolher

	2017	2016
ICMS a recolher	35	37
PIS a recolher	2	4
Cofins a recolher	2	2
IRRF a recolher	40	44

10. Patrimônio líquido
a) Capital social
O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$5.721 (2016: R\$5.100), dividido em 5.721.000 (2016: 180.000) ações ordinárias e preferenciais no valor unitário de R\$ 1,00 cada, pertencentes a Companhia Energética de Brasília – CEB, Termogás S.A. e Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro. Em 22 de setembro de 2017, o Conselho de Administração deliberou sobre o aumento do capital social, no montante de R\$621, com a emissão de 621.000 novas ações no valor unitário de R\$1,00 cada. As integralizações das ações ora emitidas serão efetuadas da seguinte forma: (a) R\$321 com recursos transferidos pelos acionistas, através do adiantamento para futuro aumento de capital; e (b) R\$300 a ser integralizado até o dia 29/06/2018.

As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:
• Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.
• Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

b) Distribuição de dividendos
O estatuto social prevê a seguinte destinação para os lucros líquidos auferidos em cada exercício:
• 5% para a constituição de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do valor do capital social.
É assegurada aos acionistas a percepção de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.
• Assembleia Geral determinará a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver.
• A Companhia poderá declarar dividendos intermediários à rubrica “Lucros acumulados” ou “Reservas de lucros” existentes no último balanço anual ou semestral, por proposta da Diretoria e deliberação do Conselho de Administração. Assembleia Geral determinará a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver.

11. Receita operacional líquida

</



COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS

CNPJ 04.363.670/0001-23

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2017, onde é apresentado o valor total do Ativo e Passivo de R\$ 1.053 mil

(um milhão e cinquenta e três mil reais) e Prejuízo do Exercício de R\$ 546 mil (quinhentos e quarenta e seis mil reais). Constatou-se que, considerando-se os aspectos relevantes, estes documentos estão em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido apurada nenhuma irregularidade em relação ao desempenho das atribuições dos administradores ou perante os cofres da Companhia. Com base nos exames efetuados e à vista da opinião favorável da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, datado de 26 de janeiro de 2018, o Conselho Fiscal opina

favoravelmente à aprovação das matérias a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CEBGAS.

Brasília, 6 de março de 2018.

Edmond Fernando Santiago

Márcio Musso de Góes

Fabio Moreira Amorim

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 16 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação, incluindo parágrafo de ênfase quanto a continuidade e ampliação das operações da Companhia, sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 26 de janeiro de 2018

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Francisco da Silva Pimentel

Contador

CRC-1SP171230/O-7-T-PE